



IMAGENS DAS RELAÇÕES BRASIL PORTUGAL: OS REGISTROS IMPRESSOS*

Tania Maria Bessone T. da Cruz Ferreira
UERJ

Ao longo de todo o século XIX as relações entre portugueses e brasileiros sofreram várias transformações, transitando de uma situação de colonizador-colonizado para a elaborações mais sofisticadas, construindo-se um novo sentido ao "ser brasileiro", que muitas vezes significava apenas a negação do português. Presente em muitos registros impressos esta construção mútua de imagens será tratada aqui tendo por base diversas obras e publicações que ajudaram a definir percepções de amor e ódio entre portugueses e brasileiros.

No apogeu do Império, após a acomodação dos interesses divergentes das elites propiciada pela política da Conciliação e antes que a Guerra do Paraguai viesse abalar o frágil equilíbrio alcançado, o olhar de estranhamento entre portugueses e brasileiros se mantinha, com características marcantes. Sob a perspectiva dos brasileiros, a desvinculação do país com o modelo português, símbolo do passado colonial e do atraso, ficou mais enfática. Tanto no cotidiano popular, quanto na elite letrada expunha-se essa aversão. Na imprensa criticava-se tudo que fosse identificado com a presença de portugueses, veiculando-se notícias que contrapunham os interesses entre os dois povos, ainda que o fato se restringisse à simples propriedade de um jornal:

Que vergonha!
É voz pública que vem de Lisboa o correspondente *do Jornal do Commercio*, cidadão português, para tomar a redação do mesmo jornal em substituição ao falecido redator?
E continua o jornal a ser uma folha de estrangeiros, mas sempre sustentada pelos brasileiros e pelos cofres nacionais!"¹

Essa crítica vinculava-se à forte presença portuguesa, estimulada a partir da onda de imigração para o Brasil em meados do século XIX, apresentando um ciclo ascendente de imigrantes, que flutuou de 10 a 45 mil saídas anuais de Portugal. Em sua maioria, radicaram-

¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1860.

se nos principais centros urbanos, como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, pontilhando o país com sua presença. Além de reafirmarem o monopólio tradicional nas atividades típicas do pequeno comércio urbano, eles ingressaram na massa operária, que se constituía no Rio de Janeiro e em São Paulo, passando a concorrer com a mão-de-obra nacional no restrito mercado de trabalho dessas cidades. Essa situação tendeu a consolidar duas imagens divergentes do imigrante português: de um lado, propalada pela imprensa anti-lusitana, a do português ignorante, analfabeto, oportunista, adúltero de pesos e medidas; de outro, a do português obediente, trabalhador e apolítico, ideal para o ordem social vigente, cuja idealização foi elaborada, em parte, pela elite da própria colônia lusitana, que também destacava o papel do emigrante na manutenção dos laços econômicos, culturais e afetivos com o Brasil, considerado a maior obra realizada por Portugal.²

Em contrapartida, em Portugal, havia, no seio das elites política e intelectual, enormes preocupações em virtude dessa migração constante e significativa, não só para o Brasil, mas também para a América. Na imprensa, tanto portuguesa, quanto brasileira, em textos e caricaturas, ficavam bastante claros os antagonismos e os preconceitos.³ Em 1872, o jornal *Vida Fluminense* tratava da grave questão da febre amarela que grassava no Rio de Janeiro, com comentários jocosos e caricaturas. Em uma delas, dois portugueses conversavam e um homem dizia para o outro que iria naturalizar-se, o mais rápido possível, porque desde que chegara de Portugal percebera que a febre respeitava os brasileiros.⁴

A questão do imigrado português virou tema de debates e desconforto, pois muitos que aqui chegavam tornavam-se objeto de exploração e decepcionavam-se quanto às possibilidades que teriam no Brasil. Por outro lado, a imagem negativa, elaborada em Portugal e registrada por inúmeros autores, do emigrante que regressava enriquecido, colaborava para manter viva a chama de ilusão dos que migravam, ainda que, em relação ao grande contingente dos que partiam, fossem de número reduzido. Este indivíduo – o

² Cf. Eulália Maria Lahmayer Lobo. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2001, p. 17-19; Lúcia Maria Bastos P. Neves & Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira As relações culturais ao longo do século XIX. In: Amado Luiz Cervo & José Calvet de Magalhães. *Depois das caravelas ...*, p. 244-245.

³ Robert Rowland. O problema da imigração: dinâmicas e modelos. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.) *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para a África (1808-1930)*, v. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 304-323.

⁴ *Vida Fluminense*: Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1872.



brasileiro – espécie de burguês fidalgo, alvo fácil de caricaturas e comentários jocosos sobre seus hábitos e maneiras, foi caracterizado por Alexandre Herculano como:

Um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza, e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico.

Esta imagem tornou-se forte em Portugal, alimentada pelos jornais, criando-se um estereótipo literário e uma referência emblemática para toda emigração portuguesa, sobretudo no final do século XIX e início do XX, marcando de forma indelével a opinião pública e a classe política portuguesa.⁵

Essa impressão negativa deixada pelos “brasileiros” chegou a contaminar o Imperador Pedro II, quando de sua viagem a Portugal, em 1871. Os comentários mordazes de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão em *As Farpas* tornaram a visita do Imperador um acumulado de gafes e atitudes grotescas.

O nome do Imperador, seus títulos nobiliárquicos, sua bagagem itinerante, suas preferências literárias, seu gosto pelo conhecimento das línguas estrangeiras, as festas a que estivera presente, as homenagens a si tributadas, o apetite para certas comidas, a indumentária, a calculada modéstia, a tudo e tudo *As Farpas* cobriram de chacota, com impiedade.⁶

Tais críticas chegaram a mobilizar respostas de autores brasileiros, como José Soares Pinto Correia, que no Recife atacou, em *Os Farpões, ou Os Bandarilheiros de Portugal*, os habitantes da antiga metrópole. E os desdobramentos dessa troca de acusações e ofensas açodaram de tal forma os ânimos que a população da pequena cidade de Goiânia, em Pernambuco, agrediu os portugueses habitantes da cidade, bem como suas lojas, exigindo a transferência de tropas do Recife, na tentativa de se obter alguma tranquilidade, ao mesmo tempo que pasquins locais repercutiam novas notícias de outros números de *As Farpas*.⁷

⁵ Robert Rowland. O problema da imigração ..., p. 310-312.

⁶ Paulo Cavalcanti. *Eça de Queirós, agotador no Brasil*, p. 35-36 apud Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira. (1855-1877)*. v. 3. São Paulo, Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 395-396.

⁷ Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira & Lúcia Maria Bastos P. Neves. *As relações culturais ...*, p. 182-183.



Diante da emocional reação brasileira às críticas e comentários jocosos da publicação portuguesa, tanto através de publicações como de fato, não só quanto ao Imperador, como aos hábitos dos brasileiros, as respostas dos redatores de *As Farpas* mostraram surpresa e desprezo, fazendo aflorar também o azedume de ambas as posições. As “vésperas pernambucanas”,⁸ denominação dada por Ramalho aos conflitos anti-lusitanos ocorridos no Nordeste do Brasil, continuaram merecendo comentários no número de julho / agosto de 1872 da publicação portuguesa, sob a forma de críticas ásperas em relação ao Brasil e aos brasileiros, que viviam “nestas províncias semi-bárbaras”, alimentados pela inveja da preponderância econômica dos portugueses, e da observação de que “o brasileiro detesta o português”, à semelhança do ódio existente entre americanos e ingleses. E deduz: “teria que ver se os srs. brasileiros, depois de serem célebres pela sua ridícula bonomia, aspiravam a serem gloriosos pela sua ensangüentada ferocidade”.⁹ As antigas desavenças não estavam esquecidas e ajudavam a dar continuidade a representações que ambas as partes mantinham vivas no imaginário social.

Como capital e porto mais importante, o Rio de Janeiro, no início da segunda metade do século, abrigava 26.749 portugueses para um total de 37.924 imigrantes. Essa população, constantemente ampliada pelo ingresso clandestino, enfrentava inúmeras dificuldades, em especial, a insalubridade, que, em algumas épocas, se tornava calamitosa, com febres, como a amarela e a tifóide, ou epidemias, que afetavam a saúde de grande parte de seus habitantes. Mas também, dada a manutenção escravidão e do tratamento dado à mão-de-obra escrava, as queixas freqüentes quanto à exploração dos trabalhadores imigrantes, particularmente daqueles que não se encontravam regularmente documentados, motivando uma propaganda contrária à sua vinda para o Brasil, sob o argumento de que a mentalidade escravista existente no seio da elite brasileira expunha o imigrante ao perigo de uma relação de trabalho pernicioso e de princípios escravizantes. Diante dessas dificuldades, alguns comerciantes e antigos imigrantes bem sucedidos economicamente, à semelhança do que ocorria com outras nacionalidades, passaram a constituir e apoiar associações filantrópicas, que prestassem

⁸ A expressão foi usada para compará-las aos célebres motins antifranceses, na Sicília, no século XIII. Ver João Medina. *Eça de Queirós antibrasileiro?*. Bauru/São Paulo, EDUSC, 2000, p. 74-75.

⁹ Idem, *Ibidem*. p. 77.

socorro à colônia portuguesa.¹⁰ Essa filantropia tornou-se então um grande esteio para adequação dos padrões de vida dos portugueses, que chegavam totalmente desinformados, às condições de vida na sociedade brasileira.

As representações positivas e negativas a respeito de portugueses e brasileiros desenrolavam-se também nos bastidores políticos, relacionadas a inúmeros outros aspectos. Críticas portuguesas contundentes dirigiam-se, por exemplo, ao desinteresse brasileiro quanto à assinatura de um tratado que pusesse fim às disputas pelos direitos autorais. Na ótica dos negociadores portugueses, essa atitude, evidenciada pelo fracasso de alguns projetos de lei a respeito, permitia que os brasileiros permanecessem isentos de taxas e obrigações. O impasse somente foi superado em 1912, com a aprovação da proteção internacional aos direitos autorais, embora antecedida pela convenção firmada pelo governo republicano já em 1889.

Apesar disso, em 1880, Luís de Camões não deixou de ser objeto de uma larga e importante comemoração, sobretudo no Rio de Janeiro, por ocasião de seu tricentenário. Uma importante exposição foi organizada na Biblioteca Nacional em comum acordo entre os intelectuais portugueses, ou de origem portuguesa, e os nacionais, colecionadores e bibliófilos e foi lançada a pedra fundamental do novo edifício do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.¹¹ Além disso, o evento envolveu inúmeras atividades de caráter popular, como queima de fogos, iluminação especial de algumas vias públicas e a presença da família imperial, indicando a imprensa que os brasileiros integraram-se fervorosamente aos festejos, como deixou registrado *O Combate*:

A cidade acordou ontem com feição alegre e festiva, em honra ao tricentenário do grande épico Luís de Camões. As ruas ornadas de festões e galhardetes, atapetadas de verde, mal continham a população que de todos os pontos afastados convergia para o centro desta capital, afirmando por esta forma, unir-se às associações que promoviam os festejos comemorativos do maior vulto da literatura do século XVI. [...] A rua do Ouvidor, ornada caprichosamente distinguia-se nos quarteirões da rua Gonçalves Dias ao Largo de São Francisco de Paula, pelo gosto e delicadeza com que a comissão para isso nomeada pelos moradores se desempenhou no cargo...¹²

¹⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Filantropia e Imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990. passim.

¹¹ Barão do Rio Branco. *Efemérides Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 276 (ed. fac-similar).

¹² *O Combate*. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1880.



O *Diário* distribuiu aos seus assinantes e leitores habituais da Corte, nessa ocasião, uma edição popular e gratuita de *Os Lusíadas*, com tiragem de 30.000 exemplares. *A Gazeta de Notícias*, também no Rio, publicou textos comemorativos organizados por Veiga Cabral. Regatas e outros certames tiveram como prêmios a obra completa de Camões em belíssimas embalagens de veludo e milhares de exemplares com os excertos mais notáveis das produções poéticas do autor.¹³

Na visão de um autor que comparou as comemorações do centenário do poeta, no Brasil e em Portugal, Camões

a todos dá o reflexo da glória superior, por ser o primeiro na concepção da língua, na formação da índole, no complexo de idéias que se esculpam numa raça monumental para os grandes feitos e para a história. Homero, mito ou realidade, foi assim para os povos Helênicos [...], assim é e será Camões para raça portuguesa, que [...] ainda há pouco, há apenas quatro séculos, era uma fração dos povos ibéricos, individualidade apenas distinta nas grandes e orgulhosas nacionalidades novas da Europa e hoje já promete aos políticos, aos filósofos, aos sábios uma raça grande e potente, que se multiplicará ao milhões e tornará a sua língua das mais dilatadas e conhecidas no globo.¹⁴

E acrescentava comparações, que julgava ousadas, quanto à importância de Camões e da língua portuguesa perante o domínio das nações civilizadas. Considerava que, “na própria América, terra das idéias novas”, adquiriu-se o hábito de “ver tudo com olhos do preconceito europeu”, uma vez que a reconstituição “pela inoculação do elemento germânico” das tradições greco-romanas “ditam a lei do nosso pensamento educado pela literatura européia”, mas concluía afirmando que dezesseis milhões de pessoas têm a língua portuguesa “por idioma nacional e este número, crescendo rapidamente, há de vir a ser enorme”.¹⁵

Em Portugal, a revista *Era Nova* festejou igualmente o tricentenário como “um sintoma grandioso da revivescência nacional” e acrescentou que “o primeiro e o segundo centenários passaram despercebidos, porque o país estava abismado na degradação monárquica e teocrática”. No entanto, dessa feita, até o Brasil, “esse povo irmão pelo sangue e pela língua, essa nação americana que atravessa uma crise idêntica àquela que nós

¹³ Cf. jornais de junho de 1880, sobretudo *O Diário* e *A Gazeta de Notícias*.

¹⁴ Reinaldo Carlos Montoro. *Brasil em 1880. O centenário de Camões no Brasil. O centenário de Camões em Portugal. Portugal em 1880*. Rio de Janeiro:s/e. 1880. p. 4-6.



atravessamos, sentiu-se igualmente abalada e comovida ao pronunciar-se o nome de Camões e não se esqueceu de prestar ao grande épico as devidas homenagens”.¹⁶

Essa tendência à aproximação recíproca reforçou-se nos anos seguintes. Em 1909, um autor português registrava da seguinte maneira a percepção do Brasil na Europa:

O Brasil já foi uma região mal conhecida. Hoje já o não é. Em todos os centros civilizados deixou de ser ignorado. Existe, enfim! E não existe somente por ser riquíssimo de climas, de flora e de fauna, nem por oferecer, nos seus terrenos explorados, largo campo às ambições insatisfeitas dos povos do Velho Mundo [...] Mas o que mais lhe propaga o nome é a surpresa causada pela sua cultura [...]¹⁷

Uma nova imagem despontava: a de um país em que as riquezas e oportunidades transformavam-se em um poderoso atrativo para a imigração, devido à falta de oportunidades para os trabalhadores europeus. Destacava ainda que, em oposição ao progresso brasileiro, Portugal permanecia envolvido numa inércia comercial, social e cultural, completamente dependente dos mercados brasileiros: “O recurso das remessas do Brasil e a exportação que para esse país fazemos tornaram-se essenciais à vida portuguesa”. Na realidade, reconhecia que os laços com Portugal permaneciam fortes na sociedade brasileira, e mesmo a independência não significara um “rompimento com o passado”, marcado pela tradição portuguesa.¹⁸ Na mesma linha, reproduzia uma proposta apresentada na sessão de 10 de novembro de 1909, na Sociedade de Geografia de Lisboa. Nela, Consiglieri Pedroso considerava “que Portugal e Brasil, pela sua origem, história e tradições [...] constituem na realidade, em face das outras agremiações nacionais e exóticas, um grupo à parte, nitidamente delimitado” e também que, “na situação de isolamento recíproco, em que se encontram, as duas nações estão comprometendo a grandeza do papel primacial que deviam representar no mundo”. Diante disso, propunha um “forte e largo acordo luso-brasileiro” de modo a resolver os problemas econômicos portugueses e a criação de uma “comissão luso-brasileira”, que

¹⁵ Idem. *Ibidem*. p.5-6

¹⁶ Teixeira Bastos. *Bibliografia Camoneana*. In: Teófilo Braga e Teixeira Bastos (dir.) *Era Nova. Revista do Movimento Contemporâneo*. Lisboa, 1880-1881, p. 93.

¹⁷ José Barbosa. *As relações Luso-Brasileiras: a imigração e a desnacionalização do Brasil*. Lisboa: Ed. de José Barbosa/Tipografia do Comércio, 1909, p. 6-10.

¹⁸ Idem. *Ibidem*, p.10.

apontasse medidas a serem tomadas para beneficiar os dois países nos aspectos culturais, econômicos e jurídicos.¹⁹

Da mesma forma, nessa época, alguns intelectuais brasileiros começaram a formar uma imagem positiva de Portugal, que fugia do estereótipo tradicional do português. Oliveira Lima, diplomata, historiador e bibliófilo, no prefácio da primeira edição do livro *História da Civilização* (1921), lembrava seu professor de Filosofia da História, do Curso Superior de Letras de Lisboa, Jaime Moniz, como “um dos espíritos mais formosos da intelectualidade portuguesa do século XIX”, para demonstrar o quanto devia sua formação à influência portuguesa. Frisou ainda: “Concedendo a essa história [da América] amplitude proporcional às demais e não esquecendo a história da mãe pátria portuguesa, para a qual se devem voltar nosso carinho e nosso respeito, em vez de considerá-la com preconceitos e rancores obsoletos.”²⁰ Apesar disso, essas representações intelectuais positivas, em torno das influências mútuas entre portugueses e brasileiros, não se tornaram preponderantes nas relações luso-brasileiras imediatamente e só adquiriram uma nova dinâmica no decorrer do século XX.

* * *

Ao longo do século XIX, o Brasil foi sujeito e objeto de imagens e representações, tanto a respeito de si próprio, quanto em relação a Portugal – a partir das quais, consciente ou inconscientemente, por imitação ou rejeição, construiu-se o imaginário da nova nação nos trópicos. Alteridade e identidade funcionaram, assim, em conjunto, na fabricação do sistema de representações sobre o português, que serviu para a construção do próprio sentido de Brasil, a partir da Independência.²¹

Nessa perspectiva, no entanto, à antiga aversão ao português dos tempos coloniais somou-se a sua identificação com o passado e o atraso, dando origem a um anti-lusitanismo particular, misto de desprezo e galhofa, que persistiria por todo o Império, e que inviabilizou uma discussão das raízes a partir das quais o país nascera. Desse longo processo, ocorrido no

¹⁹ Idem. *Ibidem*, p.12.

²⁰ Oliveira Lima. *Obra Seleta*. Organização de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 66.

²¹ Cf. Robert Frank. *History of International Relations and Images*. In: *Commission of History of International Relations* ..., p. 575-576.



decorrer do século XIX – ao qual não ficaram imunes os próprios portugueses, ressentidos com a autonomia da ex-colônia – resultaram uma multiplicidade de visões e uma diversidade de opiniões sobre o português, que se mantiveram através de várias gerações. Cristalizadas em paralelo à elaboração de uma nação brasileira ainda carente de muitos elementos essenciais, essas imagens não deixam de indicar que a *comunidade* que se constituiu no Brasil, mais do que *imaginada*, revelou-se sobretudo *imaginária* – elemento fundamental para explicar o divórcio, até hoje presente, entre a sociedade e o Estado que a caracteriza.²²

²² Cf. José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1998. Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.